

CONGRESSO NACIONAL

Haverá sessão deliberativa do Congresso Nacional, na próxima quinta-feira (10/03), para apreciação de *vetos presidenciais*. Entre eles está o veto parcial ao PL 4968/2019 que institui o *Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual*, para determinar que as cestas básicas entregues no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) deverão conter, como item essencial, o absorvente higiênico feminino.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

- A *pauta de votação* do plenário ainda não foi divulgada.
- As *presidências das comissões* permanentes continuam sem definições.
- Foi publicado, no sábado (05/03), novo ato da mesa diretora da Câmara que mantém o *funcionamento do plenário de forma remota*. Desse modo, os parlamentares continuam votando sem estarem em Brasília. Esse procedimento dificulta o debate e facilita manobras regimentais para a aprovação de matérias polêmicas em tramitação na casa. Diferentemente do ano passado, quando o parlamentar precisava registrar a presença no plenário da Câmara e, somente depois disso, poderia votar de outro local, o novo ato libera da obrigação de registro de presença.

SENADO FEDERAL

- Na pauta da semana no plenário do Senado figuram dois projetos que tratam sobre o *aumento do preço dos combustíveis*. Tema importante pelo impacto tem sobre a região Amazônia, bastante dependente de transporte fluvial. São eles: 1º) o PLP 11/2020, de autoria do dep. Emanuel Pinheiro Neto (PTB-MT) que altera a Lei Complementar nº 87, de 1996 (Lei Kandir), para dispor sobre a substituição tributária do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas operações com combustíveis. O relator é o sen. Jean Paul Prates (PT-RJ); e 2º) o PL 1472/2021, de autoria do sen. Rogério Carvalho (PT-SE), que dispõe sobre diretrizes de preços para diesel, gasolina e gás liquefeito de petróleo - GLP, cria o Fundo de Estabilização dos preços de combustíveis e institui o imposto de exportação sobre o petróleo bruto. O relator é o mesmo sen. Jean Paul Prates (PT-RJ).
- Compõe a pauta do plenário do Senado também o PLP 235/2019, de autoria do sen. Flávio Arns (Podemos-PR), que institui o *Sistema Nacional de Educação*, aos moldes do Sistema Único de Saúde (SUS), para estabelecer cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e

os Municípios, em matéria educacional. O relator é o sen. Dário Berger (MDB-SC).

COMISSÕES DO SENADO

A Comissão de Meio Ambiente (CMA), realizará uma Audiência Pública Interativa, na manhã do dia 09/03, para debater as medidas preventivas que precisam ser tomadas para *evitar o aumento do desmatamento e das queimadas* na Amazônia, no Pantanal, no Cerrado e na Mata Atlântica. Entre os convidados está o presidente da Comissão Episcopal Pastoral Especial Ecologia Integral e Mineração da CNBB, dom Sebastião Lima Duarte.

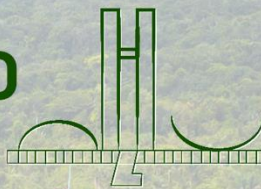
OUTROS INFORMES

Janela Partidária

Entre os dias 03/03 e 01/04 ficará aberta a chamada janela partidária. Trata-se do período em que os *parlamentares podem trocar de partidos* sem risco de o partido que o elegeu questionar o seu mandato. A análise do quadro político, inclusive com reflexo na eleição presidencial, só será possível depois de definidas as movimentações dos parlamentares, ou seja, após 1º de abril.

Ato pela Terra

Acontecerá, no dia 09/03, às 15 horas, em frente ao Congresso Nacional o ato organizado pelo cantor Caetano Veloso que contará com a participação de diversos artistas, entidades e movimentos populares. Neste mesmo dia, uma comitiva irá se encontrar o presidente do Senado, sen. Rodrigo Pacheco, para entregar um manifesto contrário a tramitação de 05 PLs. A saber: 1) PL do novo licenciamento ambiental (2159/2021); 2) PLs da regularização fundiária (grilagem – 2633/2021 e 510/2021); 3) PL do pacote do veneno (6299/2002); 4) PL do novo marco de demarcação para os territórios indígenas (490/2007); e 5) PL que libera a mineração em terras indígenas (191/2020). O líder do governo na Câmara, dep. Ricardo Barros (PP-PR), vem fazendo uma forte movimentação para que o PL 191/2020 seja pautado para votação em plenário. Essa postura reflete um desejo do presidente da república que conta com a concordância do presidente da Câmara. O discurso estratégico do governo vincula as consequências da guerra Rússia-Ucrânia e justifica, com isso, o desrespeito aos povos tradicionais. A desculpa é a suposta independência nacional com relação à produção de fertilizantes. O presidente da Comissão Episcopal Pastoral Especial Ecologia Integral e Mineração da CNBB, dom Sebastião Lima Duarte, a pedido da presidência da CNBB, estará em Brasília e participará oficialmente do referido ato. A presença dele dá publicidade ainda maior à Nota (que segue anexa) – assinada por Dom Walmor Oliveira de Azevedo, presidente da CNBB, por Dom Roque Paloschi,



presidente do CIMI, por Dom Erwin Kräutler, presidente da REPAM-Brasil, e pelo próprio Dom Sebastião Lima Duarte – que contesta as constantes ameaças aos povos indígenas e seus territórios.

Redução de IPI

O governo federal editou o decreto 10.979/22, que altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), em até 25%, afetando negativamente a arrecadação tributária em todo Brasil, mas principalmente atingindo a da Zona Franca de Manaus (ZFM). Diante dessa situação, o deputado federal José Ricardo (PT-AM) apresentou à Câmara dos Deputados um projeto de decreto legislativo (PDL) para sustar os efeitos do decreto presencial, impedindo maiores prejuízos à ZFM.

Anexo: nota nº 031/2022 da CNBB

Povos indígenas na Casa Comum: um direito inviolável!

Louvado sejas, meu Senhor, que no Cântico das Criaturas recordas que a Terra, a nossa Casa Comum, se pode comparar ora a uma irmã, com quem partilhamos a existência, ora a uma boa mãe, que nos acolhe nos seus braços. Nós mesmos somos terra (cf Gn 2,7; LS 1-2).

Desde o processo que culminou na promulgação da Constituição Federal de 1988, está havendo uma investida para apropriação dos territórios indígenas – seja por mineradoras ou por empresários do agronegócio. Nos dois últimos anos, o Parlamento brasileiro tem tentado permitir a mineração em territórios indígenas, por meio dos Projetos de Lei 490/2007 e 191/2020, que se tornaram prioridades anunciadas pelo Governo Federal, por meio da Portaria nº 667, de 9 de fevereiro de 2022.

O primeiro projeto permite exploração mineral, turismo, agronegócio e cria o marco temporal, enquanto o segundo propõe a permissão de pesquisa e da lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos, bem como o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em terras indígenas, e institui a indenização pela restrição do usufruto de terras indígenas.

Não é à toa que ministros e lideranças do governo falam há dois anos em “passar a boiada” enquanto o povo está distraído. Agora, com o planeta olhando com atenção à guerra que acontece na Europa, parlamentares governistas querem apreciar em regime de urgência essas proposições, a começar pelo PL 191/20. Sem discussão com o conjunto da sociedade brasileira, esconde-se o verdadeiro desastre social, ambiental e trabalhista que tem sido recorrente nas

empresas de extração mineral, se agravando os conflitos com povos indígenas.

Reiteradamente, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) tem manifestado preocupação com as iniciativas econômicas ligadas à mineração, para alterar os territórios preservados em nosso País. É um chamado a todos os cristãos para que protejam a vida, os povos originários e as florestas. Não aceitamos a legalização da poluição dos rios e das populações com mercúrio, a destruição dos barrancos e dos igarapés, a abertura de novas frentes de desmatamento da Amazônia e o genocídio dos povos.

A vida está em primeiro lugar, perante qualquer tipo de argumentação para o desenvolvimento econômico. Para qualquer iniciativa, se faz muito necessário um amplo e irrestrito debate com o conjunto da sociedade brasileira, principalmente os povos indígenas, que bem-informados precisam decidir sobre os usos do território, respeitando-se seus direitos já consagrados na Constituição e nos Acordos e Convenções internacionais dos quais o Brasil é signatário.

A crise no equilíbrio climático, os fenômenos meteorológicos extremos, a contaminação de territórios até agora protegidos, a criminalização e perseguição de lideranças que defendem suas comunidades e territórios são fruto dos projetos gananciosos do extrativismo predatório, associados a grandes empresas e bancos internacionais.

Parar a tramitação desses projetos e iniciar um debate aberto e profundo é o mínimo que exigimos de nossos parlamentares.

Brasília, 4 de março de 2022.

Dom Walmor Oliveira de Azevedo Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

Dom Sebastião Lima Duarte
Presidente da Comissão Episcopal Pastoral Especial Ecologia Integral e Mineração

Dom Erwin Kräutler
Presidente da Rede Eclesial Pan-Amazônica REPAM-Brasil

Dom Roque Paloschi
Presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI)